



Anais da Assembléia

N.º 112

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 26 DE SETEMBRO DE 1.980.

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA ATA DA 111.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 1.980 SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Wilson Fortes, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi e Werner Wanderer (57); em licença, o Senhor Deputado João Elísio. (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

EMENDAS:

EMENDA

AO PROJETO DE LEI N.º 96/80

Acrescente-se onde couber:

“Art. ... - Os cargos de Foneatra, constante do Anexo I, Grupo P-Profissional, serão preenchidos por funcionários que tenham realizado o curso previsto pela Lei n.º 4210, de 27 de abril de 1.960.”

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.980.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

Segue justificativa.

EMENDA

AO PROJETO DE LEI N.º 96/80

Acrescente-se ao ANEXO I — GRUPO — P — PROFISIONAL:

“Código P-24 - Denominação: FONEATRA — Padrão I - Referência Inicial 1 — Referência Final 11 — número de Cargos: 3 (três).”

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.980.

(a) Francisco Escorsin.

Segue justificativa.

EMENDA

AO PROJETO DE LEI N.º 96/80

Acrescente-se onde couber:

“Art. ... - Ficam transferidos do Grupo-A - Administrativo, dezesseis (16) cargos de Auxiliar de Escritório para o Grupo-S - Semi-Profissional - Assistentes de Assuntos Culturais - Padrão F.

§ 1.º — No enquadramento dos cargos de que trata este artigo serão aproveitados os funcionários ocupantes do cargo de Assistente de Bibliotecário.

§ 2.º — Os cargos de Assistente de Assuntos Culturais, Grupo-S - Semi-Profissional, Código S-04, do Anexo I, passam para o Padrão G.”

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.980.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

Segue justificativa.

EMENDA

AO PROJETO DE LEI N.º 96/80

“Art. ... — Aos funcionários da Secretaria de Estado das Finanças, integrantes da Classe Única de Auxiliar de Escritório nível 12 e de Auxiliar de Serviços Profissionais nível 18, da Parte Suplementar do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, classificados pelo Decreto n.º 1.856, de 28 de janeiro de 1.980, na forma do art. 96, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, serão transferidos respectivamente, para as Classes de AF-4-B e AF-4-C, do Grupo Ocupacional “TAF”.”

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.980.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

Segue justificativa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pelo transcurso do 13.º aniversário do Município de NOVA AURORA.

A programação das festividades, denominada de “Semana dos Municípios”, terá seu início no dia 20 de setembro na Praça da Igreja com a abertura da Semana do Município e se prolongará até o dia 25 do mesmo mês, com extensa programação durante os dias da festa.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à Prefeitura Municipal de Nova Aurora, na pessoa do Prefeito Municipal Sr. Waldemar Walter Dal Molin.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.980.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. JOAQUIM SEVERINO, M.D. Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia, solicitando as seguintes informações:

1. Qual a área prevista que comporá o Parque Marumbó?
2. Do total, qual a área de terras devolutas (ainda não tituladas a terceiros)?

3. Quando os trabalhos de demarcação do Parque foram iniciados?
4. Quantas ações discriminatórias foram ajuizadas e quanto perfazem estas áreas?
5. Se os trabalhos de campo para levantamento de posseiros e proprietários prosseguem e com base nos mesmos, qual o número de ações em condições de serem ajuizadas?
6. Quantas ações de desapropriação indireta foram intentadas contra o Estado?
7. Qual o valor previsto inicialmente para a desapropriação, de propriedades e benfeitorias?
8. Qual este valor atualizado?
9. A demarcação não poderá ser motivo para particulares intentarem ações de desapropriação indireta contra o Estado?
10. O Conselho Deliberativo da FITC aprovou a redução da área inicialmente prevista?
11. Em caso afirmativo, qual a área anterior e a atual?
12. Como se encontram as negociações com a União com relação à ajuda financeira?

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.980.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

O Parque Marumby tem sido motivo para muitas especulações, razão pela qual se fazem necessários os esclarecimentos solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos, primeiro orador inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Curitiba é hoje uma cidade com mais de um milhão de habitantes. E em Curitiba são criados órgãos para atendimentos aos mais diferentes setores de atividades.

Na Polícia, por exemplo, órgão e mais órgãos são criados. Somente para atendimento de acidentes de trânsito, existem em funcionamento na Capital do Estado quatro repartições: plantão do Departamento de Trânsito, Delegacia de Trânsito, BEPETRAN e Serviço de Atendimento de Emergência - quatro órgãos.

E acontece um acidente às 16:30 horas, um atropelamento fatal na Rua Engenheiro Costa Barros, em Vila Oficinas, a menos de dois quilômetros do local onde funciona este tal serviço de atendimento de emergência, e ninguém, nenhum dos quatro órgãos policiais, e também do Instituto de Polícia Técnica compareceu ao local do acidente.

O ônibus expresso em sua canaleta exclusiva, em velocidade excessiva, a mais de 60 quilômetros horários, passando com o sinal fechado atropela e mata um garoto de 13 anos, e a polícia não comparece ao local.

Os moradores se revoltam, insistem e ninguém aparece. No dia seguinte, ontem pela manhã, o acidente aconteceu anteontem à tarde, ontem, 8 horas da manhã, os moradores se movimentam e tomam uma posição. Resolvem fazer uma barricada e fechar a rua por onde passa o expresso. Daí então a polícia aparece.

Aparece com muitas viaturas, com muita gente, com armamento pesado e fazendo inclusive ameaças aos moradores de serem presos porque fecharam a rua.

Se a polícia tivesse comparecido ao local do acidente, não no momento exato, minutos após, mas algumas horas após, que fosse, não teria acontecido aquilo.

Isto acontece em Curitiba, Capital do Estado do Paraná, com mais de um milhão de habitantes. Dirá aí no interior do Estado, como a situação se verifica?

Aqui, uma outra coisa que até parece mentira: ficamos tristes porque sempre estamos combatendo a polícia.

Gostariamos de falar bem da polícia, mas não tem jeito. Prendem um homem, levam para a Delegacia de Polícia, colocam na frente do Delegado e dizem: Este aqui, é o Luiz Antônio dos Santos.

Daí ele diz: Não, eu não sou dos Santos. Eu sou Luiz Antônio Venâncio. Está aqui a minha certidão de casamento. Não, você é o Luiz Antônio dos Santos. E exigiram que fosse o Luiz Antônio dos Santos.

E ele acabou indo para o presídio do Ahú. Ficou lá nove dias e daí veio depor perante o Meretíssimo Juiz e explicou que não era.

Então surgiu um advogado e o homem foi liberado. Um engano. Forçar um homem ser quem não era. Ele ficou nove dias preso. Perdeu o emprego; a sua mulher grávida está agora merecendo assistência médica porque ficou desesperada com o desaparecimento do marido, passando por privações, dificuldades e ninguém sabia explicar onde estava o homem.

Isto acontece em Curitiba. Onde estamos, senhores? Para onde vamos? Não sei. Realmente alguma coisa precisa ser feita, porque a baderna está por demais.

Mas, também queremos registrar aqui, não gostamos muito de aplaudir atitudes de funcionários públicos porque entendemos que o funcionário público deve exercer bem a sua função porque ele é pago para aquilo. Então, votamos aqui, às vezes, votos de aplausos a este Secretário, àquele Diretor, em respeito aos colegas que apresentem tais votos de aplausos.

Mas, entendemos que exercer bem uma função é dever do cidadão que está lá. Ele é pago, é remunerado para isso. Então, esta é a nossa posição em torno de votos de aplausos.

Todavia, queremos aqui, hoje, aplaudir um Delegado de Polícia, o Delegado Agostinho Cardoso Neto, que teve a coragem pública de reconhecer que estava errado nas investigações que realizara em torno de um crime de morte contra o motorista de táxi acontecido aqui em Curitiba. Ele detivera dois filhos do cidadão morto e estes rapazes foram apontados como os principais suspeitos do crime.

Havia algumas conotações que assim o indicavam. Mas o Delegado achando, encontrando dúvidas, prosseguiu diligenciando e encontrou os verdadeiros matadores. E eu repito: teve a coragem pública de dizer que estava enganado e apresentar os verdadeiros matadores. Porque em outros crimes arrumam o matador, ele confessa, vai para a justiça, às vezes é condenado e está aí o Lira preso até hoje. Todo o mundo sabe que não foi ele quem matou a Arlene, mas o Delegado continua insistindo até o fim. Não teve a coragem de publicamente dizer que estava errado.

E o homem está até hoje lá na penitenciária, e não sei até quando vai ficar. Um dia ele vai sair e a verdade virá à tona.

Então, fica aqui o nosso aplauso ao Delegado Agostinho Cardoso Neto por este seu posicionamento, por esta sua atitude em reconhecendo o seu erro, em reconhecendo o seu engano, vir publicamente dizer isto e desculpar-se até da família que foi atingida não só pela morte do seu chefe, mas também pelas suspeitas que foram levantadas contra dois dos seus integrantes, filhos do motorista Ismael Garcia.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fidelelino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A Associação Comercial do Paraná, sociedade civil de utilidade pública, reúne, sob o signo da livre adesão, representantes de todos os setores da vida econômica nacional.

As Associações Comerciais, das mais antigas e representativas agremiações da iniciativa privada brasileira, têm-se destacado, desde os idos do Brasil-Colônia, na participação ativa de todas as grandes decisões de interesse nacional.

Admitindo a influência das Associações Comerciais nos destinos pátrios, o próprio Presidente Figueiredo foi taxativo ao declarar: "Os empresários nacionais representam uma parcela da população que deve ser ouvida, para influir nas decisões como participantes do governo ou sendo consultados".

Nós, paranaenses, temos motivos suficientes para orgulharmo-nos de nossa Associação Comercial. São noventa anos, quase um século de vida, defendendo os interesses da classe empresarial e, por extensão, de toda a comunidade.

Atualmente, sob a presidência competente do empresário Carlos Alberto Pereira de Oliveira, a Associação Comercial do Paraná tem-se preocupado, com o bem-estar dos diversos segmentos de nossa sociedade e em especial no tocante à industrialização e apoio às pequenas empresas de nosso Estado.

O empresário teve e deve continuar tendo, papel de destaque nas grandes decisões que afetam os interesses do povo brasileiro.

A consciência e a responsabilidade do empresariado na construção do Brasil de amanhã não devem ser desprezados. Neste sentido, a criação do plano de Ação Política Empresarial é autêntica declaração de empenho dos empresários nacionais com o intuito de participar da solução dos grandes problemas brasileiros.

A iniciativa privada nacional, nesta nova fase de ajustamento por que passa a estrutura sócio-política-econômica brasileira clama por uma participação mais efetiva.

A vivência, o estado, a pesquisa e a experiência construída dia-a-dia em função da realidade nacional, não pode ser preterida.

Assim, as proposições da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, através de seu plano de Ação Política Empresarial, visando sustentar, defender, reivindicar, reformular, coordenar, enfim, participar da vida econômica nacional, é direito e dever do empresário, que deve partilhar com o Governo da causa maior que é o desenvolvimento econômico e social da Nação.

Em nosso Estado, o necessário inter-relacionamento Empresa-Governo é uma realidade e serve de modelo.

Aqui, com o apoio do Governador Ney Braga já existem mecanismos de interação que permitem a participação das classes produtoras no planejamento e na administração estadual. O Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná é um autêntico canal de comunicação entre Governo e iniciativa privada.

Que o exemplo do Paraná seja seguido pelo Governo da República.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito se fala na abertura política. Que surjam também vozes a propalar a necessidade da verdadeira abertura econômica, que teria como um dos pontos básicos, o aproveitamento do dinamismo e da experiência do empresário nas grandes decisões no plano federal.

Reafirmamos nossa confiança e reformulamos nosso compromisso de apoio, visando um estreitamento de relações entre empresários e Governo.

O Brasil e os brasileiros precisam dos empresários. Que os empresários sejam ouvidos, pois, com uma participação mais efetiva da iniciativa privada no universo das mais altas decisões,

todos, povo e governo, serão os ganhadores neste difícil jogo de governar e ser governado.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No horário reservado à Liderança do PMDB, concedo apalavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Algumas coisas acontecem neste Estado, e que são cercadas por um mistério aparente, mas que não são tão misteriosas assim.

A verdade, Sr. Presidente, é que 16 anos de autoritarismo, mas, muito mais do que autoritarismo, 16 anos de uma tecnocracia implantada na coisa pública do Estado, vem conduzindo determinados setores da Administração Pública, à consagração de privilégios, que acabam lesando os interesses mais legítimos da nossa população.

E o pior é que as autoridades constituídas, em conluio talvez, com os tecnocratas, talvez desta camada fazendo parte, talvez amortizados pelas eventuais maiorias feitas em cima da Lei de Segurança Nacional, de Ato n.º 5, da Lei Falcão, da preponderância do Poder Executivo sobre todos os setores da atividade civil deste País, levam a coisa pública a desmandos de tal natureza, que falar-se hoje em corrupção, falar-se hoje em máfias e gangs organizadas, a sangrar a economia do povo, tornou-se lugar comum e merecem do Executivo apenas um muxoxo e um sacudir de ombros.

Em 10 de junho deste ano, vim a esta mesma tribuna, Sr. Presidente, para encaminhar este requerimento: "Requer sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Secretário de Estado da Educação, Diretor de Assuntos Universitários, encaminhando denúncias feitas pela Câmara Municipal de Apucarana, subscritos pelo nobre Vereador Carlos Scarpelini, quanto à administração da Faculdade de Ciências e Letras daquela cidade".

Este expediente foi pelo 1.º Secretário da Casa, Deputado Basílio Zanusso, encaminhado às autoridades competentes, no dia 16 de junho. Foi uma relação de Poder a Poder.

Esta Casa, entretanto, não recebeu qualquer resposta dessas denúncias, provando que o Executivo, quando não usa a sua maioria de plenário para evitar os pedidos de informação, simplesmente lança à cesta do lixo um expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Entretanto, Srs. Deputados, o Diretor de Assuntos Universitários da Secretaria da Educação, ou quem respondendo por ele, o professor Iran Martins Sanches, envia uma carta pessoal - e eu não sou o Poder Legislativo, desde que esse requerimento foi aprovado pela Casa, desaparecia o Parlamentar Renato Bernardi e quem estava solicitando as providências era a Assembléia Legislativa do Paraná.

Mas, este Parlamentar recebe uma carta pessoal do professor Iran Martins Sanches, na qual ele dizia que por determinação do Secretário da Educação - que também não preza esta Casa - tinha a comunicar que o assunto denunciado, naquela oportunidade, estava totalmente superado.

Pois bem, Sr. Presidente, superado pela Secretaria da Educação, talvez mancomunada com a verdadeira gang que se formou do Ensino Superior de Apucarana.

Mas hoje, está a imprensa do Paraná, a noticiar uma greve geral de um mil e duzentos universitários da Cidade de Apucarana, greve esta apoiada por todas as entidades representativas da sociedade apucaranaense, pedindo um paradeiro aos desmandos administrativos que fazem com que aquela Fundação Estadual, hoje manobrada pelos detentores de uma Fundação particular, tenha débitos na praça, chegando à casa dos vinte milhões de cruzeiros.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, tenho acompanhado as denúncias, as reclamações com referência à Fundação da Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana.

Lamento a maneira com que foi encaminhando. Porque, inicialmente, recebemos um pedido de alguns curadores daquela Faculdade e deslocamo-nos a Apucarana, em companhia de quatro curadores e fomos falar com o Diretor, e eles pretendiam uma auditoria para verificar certas irregularidades proclamadas.

Prometeu-me o Diretor da Faculdade, professor Valdir Marins, na presença do Sr. Prefeito, que as portas da Faculdade estariam abertas para que fosse feita a auditoria e o povo tomasse conhecimento do que se passava naquela Faculdade.

Mas não esperou o Vereador Carlos Scarpelini, junto com um dos curadores, entrando com uma ação na Justiça e pedindo auditoria judicial.

Em seguida, quando me procuraram, disse que não tinha mais nada a fazer, porque já estava na Justiça e caberia a esta decidir, e que eu achava que, o caminho correto não era esse, não porque eu não confie na Justiça, confio e sei que tomará, a Justiça, as providências necessárias, mas é moroso, há o recurso e uma série de coisas.

E foi o que aconteceu.

O Diretor entrou com Recurso, com Mandado de Segurança, impedindo esta Auditoria Judicial.

Voltaram, alguns curadores, a conversar comigo nesta semana que passou, novamente, e eu entrei em contato com o Sr. Secretário e com um Expediente, fazendo um apelo para que tomasse providências; quando me informou o Sr. Secretário que, a Congregação, por ocasião da indicação do Diretor, encaminha uma lista para que o Governador faça a nomeação do Diretor.

Assim foi procedido e que, agora, estava estudando um meio legal para o afastamento do Diretor e que o caminho que ele encontrava, mais certo, seria a designação de uma Comissão de Sindicância para averiguar irregularidades naquela Faculdade e, que se de fato houver, será afastado o seu Diretor.

Falei com o Presidente do Diretório Acadêmico de Apucarana e com o Vice-Presidente, antes de ontem, fazendo um apelo para que não entrassem em greve porque assim não chegaríamos a nada e lhes disse que as providências estavam sendo tomadas; soube que fora combinado, nesse Diretório, que, os alunos retornariam só na segunda-feira, às aulas.

Então, estamos sempre acompanhando os fatos; o Secretário já tomou conhecimento e haverá de encontrar uma solução.

Mas, lamento, quando Vossa Excelência diz que lá existe uma "gang" de professores, naquela Direção.

Não! Nobre Deputado, quanto às irregularidades as quais são do nosso conhecimento, são com referência a um reclamo de alunos e da comunidade, contra o Diretor e contra uma determinada pessoa, que é Assessor desse Diretor, o Sr. Camargo.

Mas, a Congregação é composta por homens de bem, que querem o bem daquela Faculdade, uma Faculdade que tem um nome a zelar, uma Faculdade que, há pouco tempo lançou a pedra fundamental da sua sede própria e, lá está, construída, concluída, sem dívida alguma!

O atual Diretor é que não está correspondendo à confiança que lhe fora depositada, porém, tão logo sejam comprovadas as irregularidades, ele será afastado do cargo.

Era esta informação, nobre Deputado, que eu desejava transmitir a Vossa Excelência.

O SR. RENATO BERNARDI — Deputado Gilberto Carvalho,

agradeço o aparte de Vossa Excelência e devo até, por uma questão de delicadeza, julgar que, Vossa Excelência não entendeu bem a minha colocação.

Respeito a Congregação das duas Faculdades de Apucarana.

Quando me refiro à "gang", refiro-me exatamente à estrutura administrativa criada pelo Sr. Valdir Marins, quando cria cargos hipotéticos, numa forma de aumentar o rendimento pessoal seu e de seus familiares.

O Magistério Superior de Apucarana que tantas luzes já deu à formação de mão-de-obra especializada do Norte do Paraná, professores que lecionam em Apucarana, mas lecionam também em Arapongas, em Jandaia, em Londrina, em Rolândia, estão entre os professores de melhor nível da Região Sul do País; quanto a eles não há a menor ressalva, nobre Deputado, são homens merecedores de toda confiança tanto no aspecto humano quanto no aspecto pedagógico, entretanto, quando me refiro à "gang", refiro-me isto sim, a um pequeno grupo criado e encastelado no poder, por este atual Diretor, chegando ao ponto de criar, em uma rede de ensino superior de apenas duas escolas superiores, chegando ao ponto de criar um Museu Histórico, com Diretor, Chefe de Gabinete e Secretária.

Museu Histórico e este, que custa hoje, aos cofres da Fundação, mais de cem mil cruzeiros mensais.

Então, são coisas dessa natureza, eu não contesto a utilidade de um Museu Histórico, para uma região pioneira como a do Norte do Estado, contesto, entretanto, a forma maliciosa como ele coloca em funcionamento uma entidade burocrático-administrativa, com a finalidade de apenas reforçar seu poder pessoal e o fortalecimento financeiro do grupo que lhe deu sustentação até hoje.

Quanto aos méritos da Faculdade de Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências e Letras, nada existe a reparar.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O SR. RENATO BERNARDI — Gostaria de dialogar mais tempo com Vossa Excelência Deputado Gilberto Carvalho, que apenas engrandece o meu pronunciamento.

Entretanto, o tempo chega ao final e eu tenho que encaminhar o requerimento para poder ser votado.

Lamento profundamente. — (lê):

"Sr. Presidente.

O Parlamentar que subscreve o presente requerimento, preenchidas as formalidades regimentais, REQUER sejam enviados expedientes com a urgência que o caso exige, para que sejam sanadas as sérias irregularidades que vêm ocorrendo nas Faculdades de Ciências Econômicas e de Ciências e Letras da Cidade de Apucarana, para o Senhor Governador do Estado, Secretário da Educação e Diretor de Assuntos Universitários da Secretaria da Educação, assim como, seja solicitada uma manifestação do Senhor Delegado do Ministério da Educação e Cultura no Paraná.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.980".

(a) RENATO BERNARDI.

JUSTIFICATIVA:

Em sessão plenária do dia 10 de junho de 1.980, esta Casa de Leis aprovou um requerimento de nossa autoria, em que solicitávamos providências enérgicas da Secretaria da Educação do Paraná, quanto à série de irregularidades administrativas que estavam ocorrendo no Ensino Superior da Cidade de Apucarana.

A aprovação do requerimento foi unânime.

Em 16 de junho, a Secretaria da Assembléia enviou os

expedientes necessários e comprovatórios que estavam anexados ao requerimento.

Alguns dias depois, o Prof. Iran Sanches Martins, dizendo falar por determinação do Sr. Secretário da Educação, informava a este Deputado que o assunto estava superado, pois, as providências já tinham sido tomadas e a situação estaria plenamente regularizada.

Nada, entretanto, foi feito. As irregularidades continuaram, levando as duas Faculdades a uma situação falimentar pela configuração evidente da mais deslavada corrupção administrativa de que se tem notícia no Estado do Paraná.

Seria o acobertamento oficial? Ou seria apenas incapacidade dos órgãos da Secretaria da Educação em apurar os fatos?

A situação chegou a um ponto intolerável. A comunidade de Apucarana não suportou mais tanta falta de decoro com as funções públicas e sagradas do exercício do magistério e da administração escolar.

Resultado: a comunidade estudantil universitária daquela cidade decretou uma greve geral, apoiada por toda população.

A comunidade exige, agora pelo meio extremo, um paradeiro à verdadeira "gang" que foi montada em Apucarana para se locupletar com os recursos que deveriam ser utilizados para o bom encaminhamento da questão de toda aquela região, que se coloca como uma das mais progressistas do País.

O Vereador CARLOS SCARPELINI, foi inclusive, ameaçado em sua integridade física e parlamentar quando, usando a tribuna da Câmara Municipal de Apucarana, denunciou, com documentos em mãos, as falcaturas praticadas pela sociedade que se formou naquela rede de ensino.

Hoje, é toda a comunidade que exige um fim desta podridão.

Se as autoridades estaduais não estavam informadas, é profundamente lamentável. Há, ainda, tempo para corrigir-se o erro.

Se, porém, os técnicos da Diretoria de Assuntos Universitários conheciam a situação de Apucarana e não tomaram providências, deveremos exigir do Senhor Secretário da Educação uma completa reformulação daquela Diretoria que não cumpriu suas obrigações e, pior, acobertou as atitudes nefastas da verdadeira máfia instalada no ensino superior da Cidade de Apucarana.

Urgem providências!

O povo do Paraná quer ser esclarecido!"

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Consulto a Liderança do PDS, se deseja fazer uso do seu horário reservado.

Com a palavra o Sr. Deputado José Domingos, inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Transcorreu no último domingo, dia 21, o Dia do Radialista, ontem, o Dia do Rádio.

Estamos na Semana do Radialista, na condição de profissionais do rádio há muitos anos, é que assomo neste momento, à tribuna da Assembleia Legislativa, para fazer referência ao homem do rádio, ao radialista. E, para prestarmos uma homenagem ao radialista que é representado nesta Casa, por vários Deputados: Airton Cordeiro, Nestor Baptista, Mário Celso, Fiori Luiz, Del Ciel e outros, que pertenceram e ainda pertencem ao rádio. Para prestar homenagem ao radialista, vou-me utilizar de um radialista por qual nutro grande admiração, que muito me ajudou, muito me incentivou e que está no rádio há muito tempo, Ubiratan Lustosa, o tio Bira como

é mais conhecido nos meios radiofônicos.

Ubiratan Lustosa hoje, apresenta uma crônica na Rádio Clube por volta do meio-dia.

E, num destes dias, ele fez referência ao homem do rádio, ao radialista e, é esta crônica que agora vou ler aqui na Assembleia.

"NOSSO ENCONTRO

(Ubiratan Lustosa)

"Transcorreu, domingo último, 21 de setembro, o DIA DO RADIALISTA. Na mesma data celebrou-se, também, o DIA DA ÁRVORE.

Essa feliz coincidência sugere uma analogia:

Assim como a árvore, o radialista precisa de boas raízes.

Se através delas a árvore extrai da terra o seu alimento, a seiva que a sustenta e a faz crescer e ser forte, o radialista, através do seu contato com o povo, dele absorve os ensinamentos e as virtudes que alimentam a sua inspiração, e o fazem digno de sua profissão, voltada sempre para o bem servir à coletividade.

Se a árvore precisa do ar para sobreviver, o radialista precisa da liberdade de expressão que é o seu oxigênio a assegurar-lhe a sobrevivência.

A árvore produz a sombra amiga que reconforta ...

O radialista projeta o conforto de sua amizade, da sua compreensão, do entretenimento, através da música que entenece, da informação que atualiza, da orientação que conduz.

Se a árvore produz os frutos que alimentam o corpo, o radialista oferece o seu talento que alimenta os espíritos. Ambos se elevam do chão e buscam as alturas.

A árvore enfeita a paisagem, o radialista valoriza a sociedade.

As árvores asseguram o equilíbrio ecológico, os radialistas promovem a harmonia social, o desenvolvimento, a aproximação das pessoas.

E, assim como o médico, o enfermeiro, o motorista de ônibus, o policial, e tantos outros integrantes de profissões diretamente ligadas ao povo, o radialista passa o seu dia trabalhando, pois, a sua atividade não pode parar.

Acostumado ao "corre-corre" de todos os dias, o radialista não tem domingos, feriados ou Dias Santos. A Emissora não pode sair do ar, pois, ela tem um sagrado compromisso com os seus ouvintes.

Profissão dinâmica por excelência, jamais se ouviu dizer de um radialista que morresse de tédio. Um dia é diferente do outro, as novidades se sucedem e só a exaustão o faz parar.

Com tantos anos de vivência na radiofonia paranaense, habituei-me também a esse estado de coisas e, voltado para os ouvintes, e pensando no País e em seus problemas, e olhando o povo brasileiro e as suas necessidades, falando sobre tantas coisas nesta tribuna em que o tema é livre, deixei de falar sobre os meus colegas, pretando-lhes a minha homenagem pela passagem do Dia do Radialista.

De qualquer forma, faço-o agora, seguro de que tantos amigos que diariamente me ouvem por esse Paraná afora e até mesmo espalhados pela imensidão deste Brasil, unir-se-ão comigo para saudar os homens do rádio - esse poderoso veículo de comunicação para o qual não há fronteiras e que se lança além dos horizontes.

Aos radialistas todos, desde os que operam nos transmissores aos que nos microfones exercitam essa arte-ciência da comunicação; aos que militam no setor artístico e no setor comercial; ao pessoal das notícias e ao pessoal do esporte; aos técnicos e aos sonoplastas, aos que dirigem, a todos, enfim, nossa homenagem de respeito e gratidão.

Felicidades, irmãos radialistas."

E hoje, quero registrar também a minha emoção por

uma correspondência chegada à Rádio Clube, procedente de Tóquio. E nesta correspondência uma fita mini-cassete. A Rádio Clube, a nossa B-2, foi ouvida em Tóquio nesta semana, na segunda-feira, e foi ouvida no horário em que este Deputado apresenta um programa de notícias policiais. Foi ouvida a Rádio Clube entre seis e trinta, às sete e quinze da manhã, em perfeitas condições.

Temos a gravação na Rádio Clube. E isto nos emocionou, nos encheu de alegria, e nós não poderíamos de maneira nenhuma ficarmos hoje, alheios, a mostrarmos o significado, a força, a pujança do Rádio.

E estamos realmente emocionados. E sendo radialistas, queremos permanecer sendo sempre, antes de Deputado o homem do rádio, o radialista.

Esta é a nossa posição.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Com muito prazer, com muita alegria concedo o aparte a um outro Deputado também vindo do rádio, também vindo da televisão, meu grande companheiro, colega Deputado, colega radialista, Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista — Nesta semana do rádio, nobre Deputado José Domingos, apenas a lamentar que hoje o rádio e principalmente aqui no Estado do Paraná, esteja tomado por alienígenas, pessoas que nada têm a ver com o rádio e que infelizmente estão usando este veículo que é da maior importância possível para toda uma população, para todo um povo.

Mas, assim mesmo, o rádio continua com a sua função nobre de informar, de educar, de levar o entretenimento e de formar, porque não dizer, pessoas. Por isso mesmo é que nesta oportunidade em nome da bancada do PMDB, quero me solidarizar com a posição tomada hoje pelo nobre Deputado.

Solidarizar-me no sentido de somarmos as nossas opiniões com as emitidas pelo Deputado José Domingos, num pronunciamento que, na realidade, não só engrandece o rádio, o profissional do rádio mas, acima de tudo, coloca o radialista, coloca o rádio, coloca uma população, no seu devido lugar.

Sinto-me honradíssimo em ser um homem do rádio. Muito honrado em poder acompanhar este seu pronunciamento brilhante que vai para os Anais desta Casa e vai com muito destaque, pela pujança, pelo linguajar colocado, pela vemência com que é destacado o rádio, o veículo mais importante de todos os tempos, aquele que leva a comunicação imediata.

Está de parabéns o nobre Deputado e para mim não é novidade por já conhecê-lo de há muito tempo, e também por conhecer a sua capacidade.

A emoção que o nobre Deputado sentiu, ao receber uma correspondência do Japão, confesso que também há vários anos atrás, tive emoção semelhante quando trabalhando na potente Rádio Clube, tive a oportunidade de receber uma correspondência da Holanda, onde o nosso programa esportivo das onze da noite era sintonizado por gente do Brasil que lá morando, gostavam de saber das coisas que se passavam aqui e sintonizam freqüentemente as ondas da potente Rádio Clube Paranaense.

Está de parabéns pelo pronunciamento, volto a dizer, brilhantíssimo, nesta manhã de sexta-feira.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Agradeço ao Deputado Nestor Baptista pelo aparte.

Vossa Excelência posicionou bem a presença de elementos estranhos à classe, hoje fazendo comentários, apresentando programas, muita gente saindo da política para o rádio, o que não é o nosso caso, do Nestor, do Mário e de tantos outros que estão aqui.

Saímos do rádio para a política. É lamentável que estejam sendo sempre dadas aberturas à elementos estranhos. Es-

peramos que o Sindicato dos Radialistas se posicione quanto a isto; porque em outros Estados houve posicionamento e aqui não. Vamos aguardar os acontecimentos.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Para apresentar os parabéns aos radialistas e dizer que Vossa Excelência tem toda a razão quando protesta pela presença de políticos travestidos de radialistas, principalmente de políticos que dizem uma coisa lá na rádio, para o povo ouvir, e aqui dizem outra.

Conforme estamos vendo diariamente, um linguajar lá, demagógico, mentiroso, onde se critica o Governo e outro linguajar aqui, onde se vota com o Governo.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Agradeço o aparte do Deputado Deni Schwartz.

Felizmente não é o meu caso, porque a minha posição é única.

Hoje comentei sobre polícia, ataquei polícia lá e ataquei polícia aqui, sempre agindo da mesma maneira.

O Sr. Mário Celso — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Meu caro e nobre companheiro José Domingos.

Realmente estamos bastante felizes com este pronunciamento e entendemos também o que quis dizer o nobre companheiro Deni Schwartz.

Naturalmente, aqueles que acompanham o dia-a-dia do rádio, sabem muito bem quem são esses elementos que se posicionam de uma maneira antigovernista no microfone e nos Parlamentos estão sempre dizendo amém e assinando em baixo todas as decisões do Governo.

Queremos cumprimentá-lo porque também somos frutos do rádio.

Meu pai foi o primeiro homem a falar no microfone do Estado do Paraná, foi o funcionário fundador da Rádio Clube Paranaense, trinta e oito anos de rádio e minha mãe era cantora de rádio.

Nasci praticamente dentro do rádio, e devo ao rádio a minha eleição, e, naturalmente é claro, aos eleitores que acreditaram em mim, ouvindo-me através do rádio.

Então, eu sou um fruto do rádio.

O valor do rádio é ilimitado.

Inaugurar rádios é como abrir estradas no sertão.

Porisso, ficamos realmente, bastante contentes com esta sua exaltação ao rádio, e principalmente, porque também veio, através de uma crônica de Ubiratan Lustosa, crônica esta transmitida num programa diário que nós estamos acompanhando com muita atenção, um programa muito bem idealizado, muito bem feito, com este grande profissional do rádio.

Mas, na verdade, o rádio envolve, o rádio é muito importante e faz parte da nossa vida.

Fazemos rádio como o companheiro José Domingos, como o companheiro Nestor Baptista, como o companheiro Airton Cordeiro, com amor, porque somos, realmente, nascidos dentro da radiofonia paranaense.

Porisso, prestamos essa homenagem aos homens do rádio e ao rádio em si, embora sabendo das dificuldades que todos encontram no dia-a-dia de sua profissão.

Sabemos hoje que o profissional do rádio, também, é bastante marginalizado, é desvalorizado, embora tenha aí a regulamentação do radialista, existem hoje, radialistas fazendo três ou quatro funções dentro de uma emissora, e ganhando apenas um salário, quando ganham esse salário.

Então, na verdade, a profissão ainda não está sendo fiscalizada, os problemas não estão sendo levantados; existem grandes dificuldades, e o profissional do rádio ainda sofre bastante. Mas, mesmo assim, ele nasceu com este dom, ele

transmite o seu trabalho com muita alegria, com muita dedicação, faz rádio com amor porque faz o que gosta.

Sentimos isso desde o porteiro ao operador de som, aos locutores, e aos diretores das emissoras, mesmo com todas as dificuldades impostas pelo DENTEL, pelo governo das telecomunicações, enfim, aquelas dificuldades que são normais, além da desvalorização do profissional.

Mas, quem faz rádio é porque gosta, faz rádio por amor. É claro que, separando, tirando de lado aqueles que são oportunistas, e que se aproveitam do rádio para atingir um objetivo; estes merecem todo o nosso repúdio, e acredito que com a eleição do sindicato dos radialistas, que está próxima, vem aí no dia 30, provavelmente uma nova injeção será colocada naquele sindicato, porque acreditamos numa nova mentalidade, já que sentimos que hoje o radialista está desprotegido, ele não tem o amparo, realmente, do seu sindicato.

É necessário que o sindicato venha ampará-lo, ganhe a chapa de Oposição, ou permanecendo a chapa do atual Presidente que é Paulo Branco, mas que venha uma injeção nova, novo ânimo, com nova mentalidade, e que o radialista seja, novamente, mais valorizado no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Este minuto eu concedo o aparte ao nobre Deputado Ailton Cordeiro.

O Sr. Ailton Cordeiro — Prezado companheiro de Assembléia e de profissão, José Domingos,

Quero endossar os conceitos todos que foram emitidos por Vossa Excelência, pelos que intervieram neste pronunciamento, e prestar a minha homenagem a todos aqueles que se preocupam com esta missão nobre e fundamental para o aperfeiçoamento democrático, que é a missão de informar.

Não dissocio, e creio que nenhuma pessoa consciente dissocia a importância do rádio nas comunicações sociais, e principalmente nos países em desenvolvimento. É um veículo poderoso de informação.

E creio que nós, que pertencemos também à classe política, temos que propugnar sempre pela abertura do rádio, para os políticos, abertura do rádio para o povo, abertura do rádio para esclarecimentos, preservada, sempre, a regulamentação para o exercício profissional.

Acho que a proteção ao mercado de profissionais de rádio, Vossa Excelência invoca, como invocaram outros companheiros desta Casa, é uma necessidade; é uma necessidade, porque lamentavelmente, hoje, há quem faça rádio por vaidade, e há quem deixe de fazer rádio porque aqueles que, por vaidade, neles se intrometem, acabam por tirar o trabalho de um profissional.

Meus parabéns a Vossa Excelência, aos que o apartaram, pela oportunidade das observações, e a nossa homenagem a esta classe de uma importância magnífica para o desenvolvimento social, e para o aperfeiçoamento político de nosso País.

Esta homenagem, Deputado José Domingos, quero prestar, em nome de todos os nossos companheiros de Bancada, do PDS, Bancada a qual Vossa Excelência, para nossa honra, pertence.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Agradeço o aparte do Deputado Ailton Cordeiro, e agradeço a atenção dos demais colegas de Casa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Consulto a Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que

lhe é reservado.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PP se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fildelcino Tolentino, na qualidade de Presidente da Comissão Partidária Especial do PMDB, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio à Comissão de Constituição e Justiça, o Substitutivo Geral e cinco (5) Emendas Substitutivas, para aperfeiçoamento do Projeto de Lei n.º 96/80. À Comissão de Constituição e Justiça, para juntar ao projeto.

Emendas (4) de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, ao Projeto de Lei n.º 96/80, constante do expediente. À Comissão de Constituição e Justiça, para juntar ao referido projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 178/79, que declara de utilidade pública a "Casa Assistencial Maria Dolores", com sede e foro na Cidade de Cascavel. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 178/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a CASA ASSISTENCIAL "MARIA DOLORES", com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Del Ciel, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 41/80, (Mens. Govern. n.º 46/80), que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica e o Município de Apucarana, que objetiva a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido Município. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Resolução n.º 41/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de re-ratificação datado de 25 de junho de 1.980, ao Convênio celebrado em 12 de dezembro de 1.979, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Município de Apucarana, objetivando a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Del Ciel, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 42/80,

(of. n.º 121/80 - Tribunal de Justiça) que suspende por inconstitucionalidade, nos termos de decisão definitiva do Egrégio Tribunal de Justiça, nos autos da arguição de inconstitucionalidade n.º 1/78, a execução da Lei n.º 587, de 28 de fevereiro de 1.978, do Município de Ipirorã. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Resolução n.º 42/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Artigo único — É suspensão, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Tribunal de Justiça, nos autos da Arguição de Inconstitucionalidade n.º 1/78, a execução da Lei n.º 587, de 28 de fevereiro de 1.978, do Município de Ipirorã.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1.980.

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Del Ciel, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 43/80, (Mens. Govern. n.º 40/80), que aprova os Convênios celebrados pelo Estado do Paraná com os Municípios de Assaí e Maringá, destinados ao controle da erosão urbana, conforme o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — PRONOROESTE. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Resolução n.º 43/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos de Convênio celebrados em 30 de junho de 1.980, entre o Estado do Paraná e os Municípios de Assaí e Maringá, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana, nas sedes dos referidos municípios, conforme o PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSÃO DO SOLO NO NOROESTE DO PARANÁ — PRONOROESTE.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Del Ciel, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 44/80, (Mens. Govern. n.º 47/80), que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Foz do Iguaçu, e o termo de re-ratificação objetivando a execução de obras de implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido município. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Resolução n.º 44/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados o Convênio datado de 12 de dezembro de 1.979, e o seu primeiro termo de re-ratificação, de 25 de junho de 1.979, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, o Departamento de Estradas de Rodagem e o Município de Foz do Iguaçu, objetivando a execução de obras de implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Del Ciel, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 45/80, (Mens. Govern. n.º 48/80), que aprova o Termo de re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através dos Órgãos que especifica e o Município de Cascavel, objetivando a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido município. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Resolução n.º 45/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de re-ratificação datado de 25 de junho de 1.980, ao Convênio celebrado em 12 de dezembro de 1.979, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Município de Cascavel, objetivando a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Del Ciel, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 46/80, (Mens. Govern. n.º 52/80), que aprova os Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e do Esporte e os Municípios aqui nominados, que objetiva a execução de obras e a união de esforços no sentido do maior desenvolvimento da Cultura.

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Resolução n.º 46/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e os Municípios de: Bocaiúva do Sul, em 02/05/80; Campina Grande do Sul, em 26/09/79 e Xambê, em 25/10/79, objetivando a execução de obras e a união de esforços no sentido do maior desenvolvimento da cultura.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Del Ciel, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo 13.º aniversário do Município de Nova Aurora. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, consubstanciado em pedido de informações à publicação de matéria promocional em jornais. **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa deferiu. Será procedida a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se (Pausa) Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa)

9 Srs. Deputados aprovam; 4 Srs. Deputado rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 116/80

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 112 e 113/80

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 117, 119 e 125/80.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9.^a LEGISLATURA — 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 16.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de hum mil, novecentos e oitenta, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado GILBERTO CARVALHO. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, apresentou redação final aos seguintes processos: **PROJETO DE LEI N.º 72/80** — de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que declara de utilidade pública a Associação Cristã de Assistência Social —

Lar dos Meninos do Xaxim, com sede e foro nesta Capital. **PROJETO DE LEI N.º 79/80** — de autoria do Deputado Ayrton Cordeiro, que declara de utilidade pública a Escola Especializada Amor Perfeito, mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais. **PROJETO DE LEI N.º 88/80** — de autoria do Deputado Antônio Romero Filho, que altera a redação da Lei n.º 6.755, de 1.975, passando a declarar de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo, com sede na Cidade de Umuarama. **PROJETO DE LEI N.º 97/80** — de autoria do Deputado Nelson Buffara, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paranaguá, com sede e foro na Cidade de Paranaguá. **PROJETO DE LEI N.º 99/80** — de autoria do Deputado Ruben Valduga, que declara de utilidade pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bandeirantes, com sede na Cidade de Bandeirantes. **PROJETO DE LEI N.º 104/80** — de autoria do Deputado Darcy Deitos, que declara de utilidade pública a Loja Maçônica Oliveira Zanini n.º 45, com sede na Cidade de Campo Mourão. **PROJETO DE LEI N.º 105/80** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 49/80, que prorroga até 30 de setembro de 1.982, os efeitos da Lei n.º 6.547, de 06 de junho de 1.974. **A P R O V A D A S.** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélcio Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;
Lélcio G. Sotto Maior, Secretário.